

Pedagogia em Foco

220 dias letivos de aula: onde esse pessoal do MEC está com a cabeça?

José Luiz de Paiva Bello

Outubro, 2011

Há pouco tempo levei um susto quando li nos jornais que o MEC estava propondo acabar com o Instituto Nacional de Educação de Surdos e com o Instituto Benjamim Constant. Que pensamento mais infeliz e inconsequente. Felizmente a ideia não vingou, diante dos protestos de muitos, mas só o fato de alguém do MEC ter tido a ideia, já é assustador.

Agora, ainda pela imprensa, tomo conhecimento de que o MEC está com a ideia de aumentar os dias aula de 200 para 220. Já disse isso, mas vou repetir, mais uma vez: até quando vamos ter que repetir que eles não sabem o que fazem? Será que os administradores da nossa educação ainda não aprenderam que não é quantidade que resolve problemas no ensino e sim qualidade? Da forma que nossa educação é administrada podem instituir 365 dias-aula ao ano, em regime de internato, que nada mudará. O resultado continuará a ser o mesmo, e ruim.

A imprensa, por outro lado, tem uma forte influência na opinião pública desavisada e desconhecadora do assunto. Assisti uma reportagem, não me lembro em que canal de televisão, em que o repórter perguntava aos passantes na rua o que eles achavam da ideia. A maioria achou a ideia ótima, utilizando-se dos velhos bordões: a educação está muito ruim, os alunos não aprendem, a escola é ruim etc., etc. e etc..

O que eles não sabem, ou esquecem, é que os dias letivos da nossa educação já foram 180. A partir da Lei 9394/96, a nossa LDB, aumentou-se para 200, por interferência de Darcy Ribeiro, e a qualidade da educação não mudou. Agora propõem um aumento para 220 dias. Qual o próximo passo? 250? 300? 365?

Valer-se de quantidade para resolver o problema da quantidade é o mesmo que dizer que quanto mais eu como, mais saúde eu tenho. É uma visão limitada de quem não conhece as características de cada alimento. O mesmo ocorre na educação. O que é preciso é um planejamento baseado em estudos técnicos de aprendizagem dos alunos. O

que é preciso fazer para que os alunos aprendam? Quais são os fatores que interferem nesta aprendizagem? Respondidas estas perguntas e detectados os entraves seria o caso de se efetivar ações para que se resolva o que estaria errado. Só isso.

No ano de 2003 foi feita uma pesquisa, publicada no jornal O Globo, que nos mostrou que 57,9% das crianças que concluíam a quarta série do Ensino Fundamental não sabiam ler e escrever. Muito bem, isso é um dado. Este índice é uma revelação de que alguma coisa não está bem na ação da educação e que alguma atitude técnica precisa ser acionada para corrigir a falha detectada. Não posso ser injusto e dizer que nada foi feito. O espantoso foi exatamente o que foi feito: aumentaram em um ano a duração do Ensino Fundamental e cada etapa, em vez de série, passou a ser chamada de ano. Nada mais foi feito. Agora eu pergunto: em termos da aprendizagem dos alunos, mudou alguma coisa? Então eu respondo: é claro que não! A qualidade do ensino continuou sofrível.

Só como um parêntese ao que vem sendo dito, é provável que a culpa do fracasso do ensino tenha recaído, como recorrentemente acontece, sobre os professores. A administração do ensino trata os professores, do período de formação ao exercício profissional, como se todos fossem idiotas e, quando se avalia o ensino, lá está o professor como culpado, ou “bode expiatório”, do fracasso da educação.

Mais uma vez preciso dizer que eles não sabem o que fazem, ou o que dizem. As medidas a serem tomadas para resolver o problema da educação estão todos no aspecto técnico pedagógico, não no administrativo. O problema da educação brasileira é a falta de planejamento. Embora muitos não gostem de reconhecer (muitas vezes por interesses particulares) o fato é que existe uma ciência própria da educação. Veja o exemplo do inglês. Estudamos a língua inglesa, entre o Ensino Fundamental e Médio, durante cerca de oito anos. Podemos dizer que são oito anos do tempo das aulas de inglês jogados fora, uma vez que não conheço ninguém que tenha saído do ensino regular falando a língua inglesa. Para falar inglês precisamos fazer uma viagem ao exterior ou fazer um curso de língua extraescolar. Ora, se os alunos não estão aprendendo a falar a língua inglesa é porque alguma coisa está sendo mal feita. O mesmo vale para todas as outras disciplinas. Será uma questão didática? Uma questão de conteúdo curricular? Uma questão de má formação de professores? Uma questão de planejamento integrado da educação? Se desejamos que nossos alunos aprendam inglês é preciso que detectemos o que não está indo bem, corrigir os erros e implementar uma ação eficiente, cujo resultado tenha um mínimo de eficácia.

Educação existe em função de metas a serem cumpridas. Cabe então ao MEC, em vez de preocupar-se com os meios, estipular metas a serem cumpridas e avaliar o cumprimento delas. A educação brasileira, no entanto, não têm metas, ou objetivos. O MEC preocupa-se, o tempo todo, com procedimentos, não com resultados. O ENEM e o ENADE, como instrumento de avaliação do ensino, é, no mínimo, um equívoco. Enfatize-se que um perverso equívoco, tanto para as instituições de ensino, quanto para os alunos. O Ensino Médio tornou-se num grande pré-ENEM e os cursos superiores num grande pré-ENADE. O MEC não se preocupa em avaliar a formação, mas o que os alunos levam de conteúdo dos seus estudos, como se o que eles guardaram na memória de sua passagem pela “educação bancária”¹ fosse o suficiente para torná-los bons profissionais.

Aprender não é somente aumentar o conhecimento, mas, para que a aprendizagem tenha significação, este conhecimento deve ser posto em prática. Lembro do velho ditado Zen: “*Saber e não fazer é ainda não saber*”. O MEC preocupa-se em avaliar o saber e não o fazer. Ou seja: avaliação inútil e, o que é pior, prejudicial a todos.

Se o MEC cria uma prova para medir conhecimentos e não a capacidade profissional, em se tratando de Ensino Superior, todas as instituições do Ensino Superior precisam preparar bem seus alunos para se saírem bem nas provas, uma vez que o fracasso desses alunos pode representar a falência desta instituição de ensino.

O MEC, desde o tempo do Ministro Paulo Renato de Souza, vem se preocupando em criar programas e mais programas, esquecendo que o que a educação precisa é de planejamento coerente e não de programas. Mesmo que esses programas possam ter uma conotação positiva, não são eles que resolverão os problemas da educação.

O que está evidente é que o problema da nossa educação está na esfera da administração. Repito, e repetirei mil vezes: “Eles não sabem o que fazem.” A educação brasileira está em pleno caos, embora a aparência seja de organização. O mau administrador preocupa-se com as aparências, não com resultados. O MEC está

¹ Segundo Paulo Freire, na “educação bancária” o professor é o comunicador e depositário das “verdades” que deverão ser memorizadas pelos alunos. O termo “bancária” refere-se aos bancos das instituições financeiras, em que os clientes depositam seus valores para sacar algum tempo depois. É desta forma que o educador deposita um determinado saber nos estudantes para retirá-lo, algum tempo depois, no momento das provas ou avaliações de aprendizagem do conteúdo. Passado este processo o educando estará novamente vazio de conteúdos.

constantemente preocupado com a forma, nunca com o resultado. A forma como é avaliado o ensino é uma prova disso. Os administradores de nossa educação, normalmente, não são da área da Educação. Talvez achem que, uma vez por terem passado como alunos nos bancos escolares, são capazes de conhecer as nuances do conhecimento pedagógico. Vejam o exemplo do Estado do Rio de Janeiro, já descrito por mim em outro texto²:

O cargo de secretária municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, é ocupado por “uma boa administradora”, já que é especialista em políticas públicas, é graduada em Administração Pública, Mestre em Economia e Doutora em Administração Pública, segundo dados de seu próprio site. Não queremos discutir sua competência na administração pública, mas em pedagogia... Confunde a prática da “progressão continuada”, utilizada no sistema de módulos de ensino, ou ciclos, já utilizado nas turmas integradas sugeridas pela educadora italiana Maria Montessori em 1907(!), com “aprovação automática”³. Em duas palavras a secretária municipal de educação demonstrou a sua ignorância pedagógica e a sua incapacidade para assumir tal cargo.

O secretário de educação do estado do Rio de Janeiro, segundo o site do governo do Estado do Rio de Janeiro, é economista, com pós-graduação em Engenharia Econômica e Didática para o Ensino Superior⁴, MBA em Finanças, Mestrado em Desenvolvimento Econômico pelo Istituto di Studi Per Lo Sviluppo Economico, em Nápoli, na Itália. Trabalhou no Banco Mercantil, Funcef, Grupo Rossi e na Caixa Econômica Federal, onde exerceu diversas funções. Antes de assumir a Secretaria de Estado de Educação, Wilson era diretor-presidente do RioPrevidência. Notem que sua “experiência” em educação resume-se a um curso, cuja existência, por si só, é uma aberração pedagógica, de especialização em Didática para o Ensino Superior. Quando o governador do estado indicou a ex-secretária ele alegou que estava indicando uma especialista em administração, já que, para ele, a educação precisava de “uma boa administração”. Fica claro, nesta indicação, que o governador não consegue distinguir diferenças entre administração pública e administração institucional com administração da educação ou a administração escolar.

² BELLO, José Luiz de Paiva. Uma visão pedagógica do que ocorreu na escola de Realengo. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/filos37.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2011.

³ “E a aprovação automática? Ela será abolida. Não podemos admitir que jovens passem para a frente sem ter aprendido.” Ou “O que fazer com as crianças que não aprendem? Esta é certamente a pergunta errada. O que deveria tirar o sono de toda a sociedade é outra pergunta: por que não estão aprendendo?” [Comentário: ela não percebe que a pergunta “o que fazer com as crianças que não aprendem” e perguntar “por que não estão aprendendo”, incorre na mesma resposta ou na mesma ação de planejamento pedagógico.].

COSTIN, Cláudia. Por que não estão aprendendo?. CLAUDIA COSTIN/O Globo, 28 nov. 2008. Disponível em: <<http://claudiacostin.com.br/interna.php?cat=1&artigo=64>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

⁴ Como se didática pudesse ter adjetivos... Gostaria que um Pedagogo me explicasse qual a diferença conceitual entre a didática para o Ensino Superior e a didática para a Educação Infantil. Provavelmente ele fez um desses cursos de especialização que especializa até para “Docência do Ensino Superior”. Sem falar que muitos são chamados de “MBA”.

Insisto: um sistema escolar não é a mesma coisa que uma rede de supermercado, um conjunto de indústrias ou uma dinâmica de governo, seja ele municipal, estadual ou federal. A educação exige uma administração específica, vez que perpassa por dinâmicas com características extremamente próprias, exigindo formação também específica. O sistema de educação é dinamizado por uma ciência própria, cuja administração precisa de estudos e conhecimentos próprios do fenômeno pedagógico.

O que se pode esperar de administradores da educação como estes? Alguém entregaria as chaves do seu carro a alguém que fosse cego? O resultado dessa realidade é que o estado do Rio de Janeiro está na penúltima posição entre os estados brasileiros no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), de 2009, no Ensino Médio, à frente apenas do Piauí e empatado com Alagoas, Amapá e Rio Grande do Norte.

No mesmo texto⁵, citado acima, já dizia e mais uma vez repito:

A educação brasileira faliu. Os alunos não aprendem. Um número significativo de alunos chega à universidade analfabeto funcional. Num ranking da *Shanghai Jiao Tong University's Institute of Higher Education*, entre as 100 melhores universidades do mundo o Brasil não aparece com nenhuma. Se levarmos em consideração as 500 melhores, aparecem seis brasileiras: USP (entre as 150 melhores), Unicamp (300 melhores), UFMG, UFRJ, Unesp (as três entre as 400 melhores) e UFRGS (entre as 500 melhores). No ranking da educação feito pela Unesco, o Brasil ficou no 88º lugar, entre 127 países que assinaram o acordo no Fórum Mundial de Educação de Dacar, no Senegal, no ano de 2000. Na América Latina está em décimo lugar, entre 16 países. O Brasil está no último lugar em um grupo de 36 países ao avaliar o percentual de graduados na população de 25 a 64 anos. [...] Não fosse isso um grande motivo para vergonha que, ao menos, servisse de informação de que a nossa educação não está dando certo e precisa de uma reformulação.

E o que o MEC propõe para solucionar o problema do fracasso do sistema educacional? Propor uma didática eficaz? Melhorar os cursos de formação de professores e especialistas da educação? Estipular conteúdos mínimos de acordo com as regiões do país? Estipular uma sequência lógica de estudos da Educação Infantil ao Ensino Superior? Avaliar os resultados obtidos pela dinâmica do sistema educacional? Valorizar, incentivar e proporcionar processos de reciclagem para os profissionais da educação? Não, nada disso. O que o MEC “tira da cartola” é que a solução dos problemas da educação está em aumentar os dias letivos de estudos de 200 para 220.

⁵ BELLO, José Luiz de Paiva. Uma visão pedagógica do que ocorreu na escola de Realengo. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/filos37.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2011.

Lá vou eu repetir novamente o que já foi dito em outro texto⁶:

Provavelmente quem idealizou esta proposta imaginou que o estudante, estando mais 20 dias em sala de aula, aprenderia mais. Isto é falso! Existem tantos fatores pedagógicos e psicológicos envolvidos na aprendizagem dos estudantes que a interferência de mais ou menos dias de aula é insignificante. Se a aula é ruim, pedagogicamente falando, pode botar "*dez mil dias de aula/ano*" que a aprendizagem dos estudantes continuará sendo sofrível.

Quem sabe não é a hora dos administradores da educação brasileira preocuparem-se a ouvir os personagens que dinamizam esta educação? Ouçam os professores, ouçam os Pedagogos, ouçam os diretores de escola, ouçam os estudantes ou procurem se informar melhor do que seja uma educação consequente. Paulo Freire nos ensinou que aprender exige humildade. O que falta ao MEC é o que falta na Educação brasileira: aprendizagem.

Observação:

Para complementar este texto leia [Pelo fim dos 200 dias-aula/ano](#)

Para referência deste texto:

BELLO, José Luiz de Paiva. 220 dias letivos de aula: onde esse pessoal do MEC está com a cabeça? **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, out. 2011. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/filos38.pdf>>. Acesso em: dia mês ano.

⁶ BELLO, José Luiz de Paiva. Pelo fim dos 200 dias-aula/ano. **Pedagogia em Foco**, Rio de Janeiro, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/filos19.htm>>. Acesso em: 6 out. 2011.